



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
BELÉM – PARÁ – BRASIL
04 a 07 de novembro de 2015
ISSN 978-85-89097-68-0**

**A TRAJETÓRIA DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA
EM FORMAÇÃO: história do curso de licenciatura
da FAFIL/UNIMONTES (1960 - 1990)**

**Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida²²⁸
Maria Laura Magalhães Gomes²²⁹**

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de doutorado, que tem como objetivo investigar a história da formação de professores de Matemática no norte de Minas Gerais, no curso de licenciatura da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL), atual Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. O período focalizado se estende da década de 1960 até a década de 1990. Utilizamos a metodologia da História Oral, segundo os parâmetros do GHOEM – Grupo História Oral e Educação Matemática, integrando o projeto por ele desenvolvido de mapeamento da formação e atuação de professores de Matemática no Brasil. Além dos depoimentos, recorremos a fontes documentais escritas. Da análise das entrevistas e de outras fontes mobilizadas pudemos depreender que o movimento de criação da Instituição e do Curso de Matemática constituiu-se num processo formador – complexo e multifacetado – influenciado por questões políticas, econômicas e educacionais do cenário nacional e local. Um outro aspecto importante é que a formação de professores de Matemática tanto na FAFIL quanto em outras instituições do país foi realizada de modo aligeirado, sem recursos – materiais e humanos – próprios, demandada por imposições legais, interesses políticos e econômicos.

Palavras-chave: História. Formação de Professores. Educação Matemática.

²²⁸ Doutoranda da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

E-mail: shirley.castroalmeida@yahoo.com.br

²²⁹ Docente da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

E-mail: mlauramgomes@gmail.com

DELINEANDO UM PANORAMA: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA NO NORTE DE MINAS GERAIS

Este trabalho é fruto de uma investigação sobre o processo de formação de professores de Matemática (1960 a 1990) na primeira instituição de ensino superior criada no norte de Minas Gerais.

No intuito de contextualizar o marco temporal inicial de nossa pesquisa, apresentamos, a seguir, um panorama das cercanias da formação de professores de Matemática à época, contemplando questões educacionais que então adquiriam relevo no Brasil e em Minas Gerais. Nesse contexto, abordamos a criação da Universidade Norte de Minas (nos anos 1960) e sua transformação, em 1990, em Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Na constituição desse panorama, apresentam-se como protagonistas vozes dos sujeitos que vivenciaram o período, periódicos, documentos legislativos e escolares, fotografias, entre outros.

O momento histórico vivido no Brasil na década de 1960 caracterizava-se por grande conturbação. Emergiam questões ligadas tanto ao desenvolvimento socioeconômico – trabalho, mão de obra para a indústria, infraestrutura das cidades – quanto educacionais – acesso, democratização e expansão do ensino público (CUNHA; GÓES, 1999). Esse foi um período de reformas educacionais importantes, entre as quais podemos citar a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – considerada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN e a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentava a reforma do Ensino Superior.

Nesse contexto, no estado de Minas Gerais, ocorria a busca por um processo de modernização econômica, política, educacional. Ressalte-se que, no campo educacional, as Instituições de Ensino Superior buscavam a federalização, tendo sido esta já concretizada em Juiz de Fora (Universidade Federal de Juiz de Fora, em 23/01/1960) e em Diamantina (Faculdade de Odontologia de Diamantina, em 17/12/1960). Em 1949, a Universidade de Minas Gerais (UMG) havia sido federalizada, mas foi somente em 1965 que passou a adotar a designação, que prevalece até hoje, de Universidade Federal de Minas Gerais (ABREU, 2006).

Por meio dos estudos de Ilva Ruas de Abreu (2006), podemos inferir que a criação de uma escola de nível superior no norte de Minas Gerais ocorreu de forma tardia em comparação com outras regiões do estado. A pesquisadora afirma que “a interiorização do ensino superior teve por finalidade formar pessoas tanto com potencial para estimular o

desenvolvimento local quanto para desenvolver uma maturidade intelectual que as tornassem aptas a constituírem novas lideranças” (ABREU, 2006, p. 173). Nas palavras da Professora Maria de Lourdes Ribeiro Paixão, uma de nossas entrevistadas, encontramos eco para tal afirmativa quando a mesma destacou que

a importância da instalação da instituição para o desenvolvimento local, bem... Não era somente uma questão de demanda, creio que foi resultado da vontade de um grupo que saiu, estudou, que queria voltar e que começou a pensar... Por que não criar uma faculdade em Montes Claros, norte de Minas? Aí eles começaram a pensar... Vamos fazer uma faculdade de História, Geografia, Pedagogia, Letras... Temos os professores... Pessoas acostumadas com cursos... Então, penso que foi muito mais uma questão de vontade daquele grupo de criar uma escola superior e que coincidiu com o auxílio de pessoas empreendedoras como o Luiz de Paula, que era uma pessoa avançada para o seu tempo, tinha excelentes ideias... [...].

De acordo com o professor e pesquisador Alex Fabiano Corrêa Jardim (2002), até a década de 1960 a região norte de Minas Gerais apresentava carência de infraestrutura, um baixo índice de industrialização, com evidências de problemas sociais gerados por diferenças socioeconômicas, um ensino precário, a presença de um elevado índice de analfabetismo e a falta de professores habilitados. Uma outra característica educacional do período era a evasão escolar de jovens, desmotivados pela falta de opção de cursos, ou então a migração daqueles com melhor condição financeira para outras regiões com possibilidades de continuação de sua formação. Tal situação é focalizada pela professora Baby Figueiredo, outra de nossas colaboradoras, ao afirmar que

[...] nas décadas de 60 e 70, Montes Claros pertencia a uma região cujo desenvolvimento era marcadamente agropecuário. Então, as oportunidades que as pessoas tinham de estudar, de fazer um curso superior eram mínimas. Só famílias que possuíam recursos e com pais esclarecidos permitiam que os filhos saíssem de lá para outros centros maiores que o seu. Um dos centros mais próximos era Belo Horizonte. Então, quando Isabel Rebello saiu para fazer o curso de História, três anos depois, Mary e eu, Florinda, Dalva saímos para fazer os cursos, também, de licenciatura, que não eram assim chamados, mas, cursos de Filosofia, com especificidade em Letras, Pedagogia, História e Geografia, nós sentimos o peso da responsabilidade de sermos privilegiadas, e eu digo privilegiadas porque eram as mulheres que saíam para fazer os cursos de formação de professores, deixando para trás companheiras que sentiam a vontade, eram inteligentes, eram pesquisadoras, mas não tinham a oportunidade.

Percebe-se, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, de 1960 a 1990, Montes Claros experimentou um desenvolvimento acelerado de sua população urbana, fomentado por um processo de urbanização e industrialização iniciado na cidade, conforme podemos verificar na tabela 1.

Tabela 1: Evolução da População em Montes Claros – 1960/1990

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
1960	43.097	59.020	102.117
1970	85.154	31.332	116.486
1980	155.483	22.075	177.558
1990	250.573	30.969	281.542

Fonte: IBGE. Censos Demográficos – 1960 a 1990

Apesar do processo de industrialização iniciado à época, foram tempos de dificuldades financeiras e estruturais. Paula (1973) argumenta que no sertão norte mineiro – em parte situado no Polígono das Secas (território reconhecido pela legislação como sujeito a períodos críticos de prolongadas estiagens e que no caso do estado de Minas Gerais corresponde a um quinto de sua porção territorial) – havia um total de cinquenta e sete instituições escolares de nível médio – 91% de iniciativa particular e 9% públicas – para atender a quase um milhão de habitantes dessa porção regional.

Em 1962, mediante a Lei Estadual 2.615, de 24/05/1962, foi criada a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM), com a finalidade de instituir e manter a Universidade Norte Mineira (DRUMOND, 1989), e em 1963, um movimento sociocomunitário conseguiu que fosse instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL), que representou a institucionalização efetiva do Ensino Superior no norte de Minas Gerais.

Passados 27 anos da criação da FUNM, em 1989 implementou-se a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Em 1964, haviam sido instalados os primeiros cursos da FAFIL (Letras, Pedagogia, Geografia e História). A estes foram somados, em 1968, os cursos de Matemática, Ciências Sociais e Filosofia.

Tomando como período a década de 1960, marco da criação da FUNM, até a década de 1990, marco de criação da UNIMONTES, nossa investigação intenciona “presentificar ausências, ou seja, revisitar o passado a partir do presente” no tocante à

formação de professores de Matemática no norte do estado de Minas Gerais, por meio da (re)constituição das narrativas desse processo de formação; do perfil dos docentes; dos conteúdos ministrados; das práticas aplicadas; bem como das motivações políticas e sociais que concorreram para a criação e desenvolvimento do curso de Matemática na FAFIL/FUNM e sua permanência na UNIMONTES. Tais narrativas representam possibilidades de compreensão das condições em que ocorreu essa formação.

Cabe-nos destacar que a pesquisa aqui relatada é parte de um projeto de maior amplitude, acerca da “Formação de Professores de Matemática”, do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática – GHOEM, que objetiva “mapear” as práticas de formação e atuação de professores de Matemática no Brasil.

Nossa questão central de pesquisa é: “Como se deu o processo de formação de professores de matemática na primeira instituição de ensino superior na região de Montes Claros, norte de Minas Gerais, no período de 1960 a 1990?”

Sobre a questão da formação dos professores, Tardif (2002) afirma que deve ser construída uma epistemologia da prática profissional, a partir do estudo do conjunto de saberes experienciados, construídos, modelados e incorporados pelos professores em seu cotidiano no processo de trabalho docente. Desse modo, o exercício profissional não será somente a simples aplicação dos conhecimentos estudados na academia. O autor registra sua crítica às pesquisas em ciências da educação no sentido de que os pesquisadores investigam e/ou prescrevem o que os professores deveriam ser, fazer e saber, esquecendo-se ou não importando-se em pesquisar, analisar e discutir o que os professores são, fazem e sabem.

Na próxima seção deste texto, tecemos considerações sobre a metodologia escolhida para nossa investigação.

METODOLOGIA E FONTES DA INVESTIGAÇÃO

Nossa opção por uma investigação fundamentada em narrativas de memórias, ou seja, na constituição de fontes orais, forneceu os caminhos para a (re) construção de muitas histórias e, ainda, os fios que possibilitaram a tessitura dessas histórias, que retomam as tramas vividas na formação de professores de Matemática na instituição de ensino que se tornou a UNIMONTES.

Todas as fontes coletadas, orais ou escritas, foram cruzadas – procuramos encontrar nelas confirmações, contradições, tensões e limites – considerando aspectos definidos por meio do contato com o material mobilizado ou com a bibliografia acerca do tema.

As fontes para nossa investigação são constituídas pelos depoimentos de sujeitos vinculados ao curso de Matemática da UNIMONTES no período alvo da pesquisa e por documentos e impressos do período. Para tanto, prestigiamos, em nosso trabalho, a metodologia da História Oral, com a preocupação de articular e fazer dialogar o oral e o escrito. Em nossa investigação não menosprezamos as fontes oficiais, ao contrário, com elas construímos articulações com as fontes orais. Todas as fontes foram igualmente analisadas, balizadas, “interrogadas”. Utilizamos documentos de âmbito nacional (analisamos pareceres, decretos, portarias do MEC e Revistas Documenta – uma publicação do Conselho Nacional de Educação), estadual (fizemos um estudo da Carta Constitucional Estadual, de leis estaduais e pareceres do Conselho Estadual de Educação), municipal (foram lidas deliberações de conselhos) e de segmentos da instituição estudada (atas de reuniões, regimento do Conselho Universitário, relatórios de gestão, Projeto Político Pedagógico do Curso de Matemática, Planos de Curso e Diários do Curso de Matemática) com o intuito de identificar como as políticas públicas foram mobilizadas em prol da educação superior no tempo e espaço estudados.

Destacamos, ainda, em nosso trabalho, o uso de jornais e periódicos: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (1962), O Jornal de Montes Claros (1962) e o Diário de Montes Claros (1963), que trazem indícios para o entendimento das características educacionais da porção norte mineira na época focalizada.

Portanto, ao mobilizar, questionar e analisar todas as fontes orais e escritas, temos a perspectiva de Febvre (1998) de “fabricar o nosso mel”.

ALGUNS RESULTADOS DE NOSSA PESQUISA

Em seus estudos, Núria Hanglei Cacete (2014) assinala que as Faculdades de Filosofia foram as primeiras instituições responsáveis pela formação de professores em nível superior, expandindo-se como instituições de caráter privado, consolidando o binômio expansão/privatização. O ensino superior brasileiro cresceu pela multiplicação do

número dessas instituições e não pela ampliação dos núcleos universitários. Esse fato ratificou a tradição de escolas profissionais isoladas criadas pela pressão da sociedade que ambicionava o alcance a esse nível de ensino.

Em Montes Claros não foi diferente... De acordo com nossos colaboradores, havia uma tensão e, em certa medida, uma pressão da sociedade, para que os professores que atuavam no ensino secundário, sem certificação para tal função, ampliassem sua formação, atendendo desse modo às imposições legais para o nível de atuação. O ensino secundário havia se democratizado e as classes médias pressionavam para o ingresso no ensino superior. Vários de nossos entrevistados abordaram a questão.

Antigamente Montes Claros era muito deficiente nessa questão de professores formados. Aliás, não existia professor... [...] Não havia professores de Matemática formados em curso superior, mas eram magníficos professores. Na época, lecionavam: o professor Rametta, Juvenal, Rosa, Expedito... Havia muitos... Então esses professores eram professores leigos e a Fundação tinha interesse em profissionalizar os professores, não só de Montes Claros como, também, da região [...]. E esse curso de Matemática foi criado aqui, basicamente, para suprir a deficiência das escolas no sentido da formação profissional superior dos professores. O curso de Matemática foi criado... A primeira turma foi criada, exclusivamente, para os professores que estavam lecionando na área (excerto do depoimento do professor Edson Guimarães).

Comecei, também, a lecionar na Escola Estadual Tiburtino Pena, em Francisco Sá. Nessa época, quase não havia professores licenciados, então, eles me chamaram para dar aulas de Matemática de quinta à oitava série. Os professores leigos de Matemática, que era o meu caso, de História, de Geografia, de Português se organizaram para fazer os cursos aqui em Montes Claros. Isso foi no ano de 1973 (excerto do depoimento da professora Dilma Silveira Mourão).

Quando o curso de Matemática foi criado, não havia Universidade próxima da região... Então, a maioria dos professores eram leigos e os que conseguiram alguma formação foi fazendo um curso fora. Essa criação vem, exatamente com esse sentido, esse propósito de habilitar os profissionais da região. A maioria deles já lecionava (excerto do depoimento do professor Sebastião Alves de Souza).

Destarte, podemos inferir que a criação da primeira instituição de ensino superior no norte de Minas pautou-se pelos interesses de uma elite intelectual constituída por pessoas que já tinham concluído cursos superiores em outras cidades e, ainda, por

interesses de profissionais que já atuavam em instituições educacionais do município e que, naquele momento (1968) detinham prestígio social, poder político e econômico, pois, se mobilizaram, se organizaram e concretizaram o sonho de ingresso numa instituição de ensino superior com o intuito de obter, mais que formação, uma certificação para validar o exercício de sua função. Pareceu-nos também que esforço, empenho, força de vontade e um certo capital social (expresso pelo clientelismo, que era muito mais forte no momento de criação da Instituição do que na atualidade) eram suficientes para fundar uma instituição de ensino superior naquela época.

Outra questão que merece destaque é que antes da criação do curso de licenciatura em Matemática, os professores faziam cursos da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) para obter uma autorização para lecionar no ensino secundário. A CADES foi instituída pelo então presidente Getúlio Vargas por meio do Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953, com o duplo objetivo de elevar o nível do ensino secundário e difundi-lo. A expressiva expansão do ensino secundário, que culminou com a carência de professores para lecionar nas escolas, demandou o empreendimento de ações emergenciais. Foram, então, criadas várias frentes para o preparo técnico de pessoas leigas para o exercício do magistério; essas pessoas deveriam ser submetidas a exames de suficiência para obter a habilitação necessária.

Em 1968, os professores de Matemática, sem habilitação, que já lecionavam na cidade tiveram a ideia de criar o curso de Matemática de nível superior para regularizar suas situações. Até então fazíamos os cursos da CADES para obtermos autorização para lecionar (excerto do depoimento do professor Juvenal Caldeira Durães).

O excerto anterior corrobora os argumentos das professoras Ivete Maria Baraldi e Rosinéte Gaertner (2013) de que, até o final dos anos 1970, a CADES serviu à educação brasileira realizando cursos de formação de professores para o ensino secundário, bem como de preparação de outros profissionais da educação, como diretores, orientadores educacionais, inspetores, secretários escolares. É importante salientar, ainda, que a CADES publicou obras específicas para a formação dos docentes do ensino secundário.

Entre os anos de 1960 e 1970, houve a intensificação da organização do ensino no Brasil, liderada pelos órgãos governamentais, num movimento denominado desenvolvimentista, o qual ampliou o número de escolas primárias, secundárias e a educação superior, tanto nos grandes centros quanto no interior do país, demandando, ainda, a formação de professores para atuar nesses níveis de ensino (ROMANELLI, 1983).

Na visão da autora (1983, p. 69), “a educação é tida como fator de desenvolvimento e, como tal, não só corresponde às necessidades quantitativas da demanda, como, e principalmente, cria e orienta essa demanda”. Portanto, podemos inferir que a demanda pela formação de professores foi guiada pela expansão do ensino no Brasil, provocando a busca por profissionais que pudessem suprir a carência de docentes para ministrar o ensino no interior do país.

Não havia nenhuma instituição de ensino superior na cidade ou região; o nível mais alto existente era o ensino secundário. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentados na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, no período de 1957 a 1964, sobre Montes Claros foi registrado que

conta ainda o município cinco estabelecimentos do ensino ginasial, dois do comércio, duas escolas normais e um curso científico. A Escola Normal Oficial de Montes Claros data de 1879 e é no seu gênero um dos mais tradicionais estabelecimentos de ensino da terra mineira (BRASIL, 1957-1960, p.145).

Quanto ao nível de alfabetização, os resultados do Censo Demográfico de 1960 (volume 1), nos fornecem os dados relativos à população da microrregião de Montes Claros (que compreende os municípios de Bocaiúva, Brasília de Minas, Coração de Jesus, Francisco Sá, Janaúba, Jequitaiá, Juramento, Montes Claros e São João da Ponte). É preciso esclarecer que, conforme registrado no documento citado (BRASIL, 1957-1960, p. 14), “foram consideradas alfabetizadas somente as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples em um idioma qualquer”. Aquelas que somente soubessem assinar o próprio nome foram classificadas como analfabetas. Com base nos dados do Censo, pudemos verificar que, do total de 300.138 pessoas residentes na microrregião (entre 5 a 20 anos e mais), somente 84.606 (pouco mais de 28%) sabiam ler e escrever, ou seja, pelo menos ler e escrever um bilhete simples (conforme informado no Censo). Tal informação corrobora a carência e urgência de criação de estabelecimentos de ensino em todos os níveis – os elementares, para atenderem a demanda inicial de alfabetização e os secundários e superiores, para formar docentes para todos os níveis de ensino.

A trajetória histórica da formação de professores de Matemática no norte de Minas Gerais pode ser compreendida a partir das estratégias de organização do primeiro curso de licenciatura criado para esse fim.

Dois de nossos colaboradores, os professores João Barbosa de Souza e Sebastião Alves de Souza, graduados no curso de Matemática no fim nas décadas de 1970 e 1980,

respectivamente, argumentaram que o Curso de Matemática da FAFIL, da antiga FUNM, era um curso de formação para o ensino, nascendo então como uma criança... Daí você tem as dificuldades tanto na parte técnica quanto na parte prática, metodológica. A gente, os professores, a faculdade... Todos estavam aprendendo a formar o professor e, como todo curso em constituição, nosso curso tinha suas deficiências (excerto da entrevista do professor João Barbosa de Souza).

Quando o curso de Matemática foi criado, não havia Universidade próxima da região... Então, a maioria dos professores eram leigos e os que conseguiram alguma formação foi fazendo um curso fora. Essa criação vem, exatamente com esse sentido, esse propósito de habilitar os profissionais da região. A maioria deles já lecionava. Na minha época, as pessoas buscavam o curso de Matemática porque tinham uma certa afinidade com a Matemática ou com a Biologia. Porque queriam ser professores de Matemática ou de Ciências... Era a habilitação que a gente tinha e a certeza de que íamos trabalhar, porque faltavam professores na época... (excerto da entrevista do professor Sebastião Alves de Souza).

O comentário do professor Sebastião acerca da busca pela habilitação por professores de Matemática ou de Ciências faz alusão ao fato de que, em 1978, os cursos originais de licenciatura plena em Matemática e de licenciatura curta em Ciências de 1º grau foram fundidos e transformados em curso de licenciatura plena em Ciências.

Destaca-se, nessas narrativas de professores e ex-alunos do curso, a demanda premente da formação de professores de Matemática para atuar nos ensinos secundário e superior, bem como as dificuldades relativas à composição de um corpo qualificado para atuar nos cursos secundário e superior existentes em Montes Claros nos anos 1964/1968, visto que o município era geograficamente distante de instituições de ensino que formavam esses profissionais. Outro aspecto salientado a partir do cotejamento e análise das dezesseis narrativas de nossos entrevistados é que, embora o objetivo inicial para a criação do curso de Matemática na região norte mineira nos anos 1960 tenha sido o de formar professores para atuar no ensino secundário, essa criação gerou uma nova demanda: formar professores para compor o quadro docente do ensino superior. Assim, as dificuldades estruturais da própria instituição fizeram emergir oportunidades para ingresso dos ex-alunos do curso na carreira da docência no ensino superior.

Sobressai-se, nas entrevistas, o aspecto do aproveitamento de alunos formados como seus novos docentes, depois do término do curso. Oito dos dezesseis graduados da

primeira turma foram convidados a atuar como professores das turmas posteriores, e das turmas seguintes (graduadas na década de 1970, 1980 e 1990), seis de nossos entrevistados tornaram-se professores do curso. Esse dado confirma a situação de carência e urgência caracterizadora da constituição dos cursos de Matemática no Brasil (GARNICA, 2010). Atentemos, a seguir, para mais alguns trechos dos relatos de nossos colaboradores.

Para dar continuidade ao curso, depois da etapa de formação inicial, foram aproveitados pela FAFIL, após a colação de grau, alguns alunos, como eu para lecionar Álgebra; Rosa, Estatística e José Soares, Física. Permanecemos lá até a nossa aposentadoria. (...) Passamos a ser os professores das turmas que nos seguiram e, também, de alguns dos nossos ex-colegas que ficaram para trás. Os nossos melhores alunos foram sendo aos poucos aproveitados e nos sucedendo nas nossas aposentadorias: Ruth Tolentino, Rosina Nuzzi, Cleusa dos Santos, Chiquita Tolentino, Rosivaldo Gonçalves, Edson Crisóstomo, Rômulo Barbosa, Sebastião Alves, Dilma Mourão, João Barbosa e outros que se destacaram, aperfeiçoaram com especialização, mestrado e doutorado (Professor Juvenal Caldeira Durães).

Logo que me formei, eu dei aulas, por um bom tempo, de Geometria Analítica, na Fundação (FUNM), para os alunos do 1º e 2º períodos do curso de Matemática. Há alguns professores de hoje (UNIMONTES) que foram meus alunos na faculdade. Depois disso, continuei no Colégio até me aposentar. Voltei para o Estado e me aposentei também. Quando surgiu um concurso na UNIMONTES (2004), eu tentei. Comecei a dar aulas lá... (Professora Mariza Monteiro Guimarães).

Foi só receber o diploma e eu passei a ser professora de Prática de Ensino do quarto ano de Matemática. Eles aproveitavam muito a gente porque não tinha professor na cidade (Professora Ruth Tolentino).

Fui ao mesmo tempo acadêmica e professora do curso porque, na época, meus professores eram muito sobrecarregados... Meus professores foram os primeiros licenciados na época, porque não existia professor licenciado. Então, eles me pediam para substituí-los e eu ia, eu dava aula para os acadêmicos; no segundo ano eu já dava aula para os alunos do primeiro ano. Ministrava todas as disciplinas que precisassem. Eles me pediam e eu dava aula no lugar deles, mas eu não tinha contrato com a FUNM, não. Era voluntária. Eu substituí meus professores para ajudar, para que os acadêmicos não ficassem sem aula. Também trabalhei no curso de Pedagogia com a disciplina

Matemática. Nos cursos de Ciências Contábeis, Sistema de Informação, Administração e Matemática (Professora Rosina Rabelo Nuzzi Ribeiro).

Destarte, além do atendimento à demanda de formação de docentes para o ensino secundário, o curso formou docentes para o ensino superior, que se dedicaram a formar novos professores.

Nossa pesquisa mostrou que, inicialmente, o curso só contava, para seu funcionamento, com um professor graduado em Matemática que ficava sobrecarregado com várias disciplinas (Cálculo, Fundamentos, Geometria Analítica), e professores colaboradores de outras áreas (Pedagogia, Letras, Arquitetura). Essa acentuada sobrecarga e carência perduraram até a graduação da primeira turma, que era composta de professores com denotada experiência e conhecimento do conteúdo de Matemática, mas sem a habilitação legal para atuar. Após a formatura, foram contratados os estudantes que haviam tido destaque no curso por terem revelado conhecimento e domínio do conteúdo. O fato de se poder trabalhar, a partir daquele momento, com um corpo docente com formação específica em Matemática possibilitou a revisão das ações pedagógicas e a consolidação do curso por meio da valorização da chamada “prata da casa”.

Portanto, podemos concluir que o movimento de criação da instituição e do curso de Matemática constituiu-se num processo formador – complexo e multifacetado – influenciado por questões políticas, econômicas e educacionais do cenário nacional e local. Um outro aspecto importante é que a formação de professores de Matemática, tanto na FAFIL quanto em outras instituições do país, foi realizada de modo aligeirado, sem recursos – materiais e humanos – próprios, demandada por imposições legais, interesses políticos e econômicos. O curso criado em 1968 atendeu aos anseios de titulação de professores que já atuavam no ensino secundário sem habilitação formal e que puderam, posteriormente à conclusão da graduação, ascender à carreira docente em nível superior. Outrossim é que, em todo esse movimento, a formação de professores de Matemática não teve espaço privilegiado, mas efetivou-se como atendimento a imposições legais demandadas pela expansão do ensino secundário e como opção, para o aluno nele graduado, de atuar no ensino superior, também em franca expansão.

REFERÊNCIAS

Abreu, I. R. (2006). *As Relações das Lideranças Políticas na Criação das Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Baraldi, I. M.; GAERTNER, R. (2013). *Textos e Contextos: um esboço da CADES na História da Educação (Matemática)*. Blumenau: Edifurb.

Brasil. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. (1957-1960). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Jurandyr Pires Ferreira (Org.) (IBGE). Rio de Janeiro: IBGE.

Cacete, N. H. (2014). Breve História do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. *Educação e Pesquisa*, São Paulo. (pp. 1-16) Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 19 nov. 2014.

Cunha, L. A.; Góes, M. (1999). *O golpe na educação*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Drumond, José Geraldo de Freitas. (1989) “Universitas quae sera tamen”. Montes Claros: *Revista Vínculo*, n. 04, dez. (pp. 11-13).

Garnica, A. V. M. (2010). Presentificando ausências: a formação e a atuação de professores de Matemática. In: M. da C. F. R. Fonseca, *Convergências e Tensões no campo da formação e do trabalho docente: Educação Matemática (Parte IV – Coleção Didática e Prática de Ensino)*. (pp. 555-569). Belo Horizonte: Autêntica.

Jardim, A. F. C. J. et al. (2002). A genealogia de uma universidade: de 1962 a 1989. IN: R. C. L. C. Caleiro, *UNIMONTES: 40 anos de história*. (pp. 15-48). Montes Claros: Editora UNIMONTES.

Paula, I. R. de. (1973). Pequena Resenha Histórica da FAFIL. Montes Claros: *Revista Vínculo*, Ano I, n. 01, mar. (pp. 9-12).

Romanelli, O. de O. (1983). *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.

Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes.

Thompson, P. (2002). *A voz do passado: história oral*. Tradução de L. L. de Oliveira. 3. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Sites consultados: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 01 de agosto de 2014.